

CRIME DE ÓDIO

Porte de arma pode ser suspenso nas eleições

Pedido foi feito ao ministro Alexandre de Moraes, futuro presidente do TSE, por causa do assassinato do dirigente do PT, no Paraná, por apoiador de Bolsonaro

» LUANA PATRIOLINO
» VINICIUS DÓRIA

Parlamentares de oposição entregaram, ontem, ao ministro Alexandre de Moraes — do Supremo Tribunal Federal (STF), mas que estará à frente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) durante as eleições gerais — um pedido para que o porte de arma fique suspenso nas datas em que ocorrerão o primeiro e o segundo turno — em 2 e 30 de outubro. A motivação da solicitação foi o assassinato do dirigente petista Marcelo Arruda, no último sábado, por Jorge Guarinho, guarda penitenciário federal e apoiador do presidente Jair Bolsonaro (PL).

Além dos parlamentares que pediram a suspensão para andar armado, dirigentes partidários também se reuniram como Moraes para requerer do TSE a adoção de “medidas administrativas cabíveis para a garantia da segurança e da paz no processo eleitoral”, a fim de resguardar a “integridade de eleitoras, eleitores, colaboradores da Justiça Eleitoral, autoridades públicas, candidatas e candidatos”. O documento assinado por integrantes das cúpulas de PT, PSB, PC do B, PV, Rede, PSol e Solidariedade.

Mas não foram apenas legendas que apoiam a candidatura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva que cobraram uma atitude firme contra a violência política. A pré-candidata do MDB à

Alejandro Zambrana/Secom/TSE



Moraes recebeu também dirigentes da oposição, que cobraram medidas que garantam um pleito seguro

Presidência, Simone Tebet, também esteve com Moraes e entregou um documento intitulado *Manifesto Pela Paz nas Eleições*, cuja proposta é que se firme um pacto de não agressão entre os todos os postulantes ao Palácio do Planalto. Ela estava acompanhada dos presidentes do PSDB, Bruno Araújo, e do Cidadania, Roberto Freire, além do vice-presidente do MDB, Confúcio Moura.

Procuradoria

O PT e partidos de oposição apresentaram, na última terça-feira, à Procuradoria-Geral da República (PGR), um pedido de

providências sobre os casos de violência política e a federalização da inquérito relacionado ao assassinato de Marcelo Arruda. Na petição, as legendas argumentam que o presidente Jair Bolsonaro (PL) incita seus apoiadores à violência e salientam que a morte do dirigente petista, em Foz do Iguaçu (PR), foi crime político.

“As petições com o pedido de providências entregues à PGR e ao TSE relatam e evidenciam uma série de crimes, delitos e atos violentos cometidos contra atores que se opõem ao governo de Jair Bolsonaro, e têm a única intenção de evitar que novas tragédias, como a que tirou a vida

Marcelo Arruda, no Paraná, voltem a acontecer Brasil afora”, explicaram os advogados Eugênio Aragão e Cristiano Zanin, que redigiram os documentos entregues à Procuradoria e ao tribunal.

Para Aragão, que foi ministro da Justiça no governo da ex-presidente Dilma Rousseff, há uma série de desrespeitos aos direitos humanos no país. “Nesse caso concreto, temos os direitos humanos da livre expressão, da participação política, do direito de associação partidária, tudo isso sendo colocado em xeque. Temos um complexo de violações de direitos humanos voltados à participação política”, aponta.

Homicídio seria premeditado

» INGRID SOARES

A Polícia Civil do Paraná investiga a hipótese de o homicídio do dirigente petista Marcelo Arruda, no último sábado, pelo guarda penitenciário Jorge Guarinho — apoiador do presidente Jair Bolsonaro (PL) — ter sido premeditado. Isso porque o assassinato teria passado pelo local e visto a comemoração do aniversário da vítima, cujo tema era o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o PT, e voltado depois para uma possível intimidação.

Essa possibilidade entrou no radar dos investigadores porque, conforme depoimento prestado na última segunda-feira, a mulher de Guarinho admitiu que o marido, por ser sócio, fazia uma “ronda” no local onde a festa de Arruda era realizada — na Associação Recreativa Esportiva Segurança Física Itaipu (Aresf). Conforme

ela relatou, essas “vistorias” eram realizadas frequentemente pelos integrantes da entidade.

Outro aspecto que chamou a atenção da polícia é que do lado de fora da Aresf não se podia enxergar a parte interna do salão, onde era realizada a festa de Arruda — sem conta que, do lado de fora da associação, não havia qualquer menção ao tema do aniversário. Os investigadores apuram, ainda, se Guarinho teve acesso a um aplicativo do circuito interno de imagens clube antes de invadir o local.

Descolamento

Na tentativa de descolar a imagem de casos de incentivo à violência durante as eleições, o presidente Jair Bolsonaro (PL) afirmou, ontem, que o motivo da briga que terminou com o assassinato de Arruda “não se

justifica”. A polícia trabalha com a hipótese de o homicídio tenha sido praticado por ódio político.

“Resgatamos uma foto, de 2017, eu com o irmão deles (Marcelo Arruda) que morreu. Que, inclusive, ele pediu pra mim — eu não lembrava — que eu votasse algo com eles, e eu votei com eles. Votei a favor desse petista que faleceu lá”, disse Bolsonaro, sem dar mais detalhes sobre a pauta que apoiou e era defendida por Arruda.

Bolsonaro também criticou a imprensa por dizer que em vez de ele fazer contato com a viúva do dirigente do PT, procurou os irmãos dele, que são seus apoiadores. “O que a imprensa fala? ‘Não falou com a viúva’. Meu Deus do céu! O Otoni (de Paula, deputado/MDB-RJ) foi lá e conversou com dois irmãos. Se a viúva estivesse lá, conversava com ela também”, assegurou. (Com LP)

Viúva critica contato com irmãos

Viúva do guarda municipal e tesoureiro do PT Marcelo Arruda, Pâmela Suellen Silva acusou o presidente Jair Bolsonaro (PL) de, ao ligar para os irmãos do petista morto, estar mais preocupado com a repercussão política do caso. Ela disse que não sabia da chamada de vídeo.

“Achei aquilo um absurdo. Acredito que Bolsonaro está preocupado apenas com a repercussão política, pois, na ligação aos irmãos do Marcelo, disse que estão tentando colocar a culpa nele”, afirmou.

Escalado pelo Palácio do Planalto, o deputado Otoni de Paula (MDB-RJ) foi até Foz do Iguaçu, na última terça-feira, e intermediou uma chamada de vídeo entre Bolsonaro e José e Luiz Arruda, irmãos de Marcelo que são simpatizantes do presidente. A ponte entre eles foi feita pelo blogueiro bolsonarista Oswaldo Eustáquio — que já esteve preso por ameaçar a integridade física dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Apesar de arrolado no inquérito sobre as



Acredito que Bolsonaro está preocupado apenas com a repercussão política, pois, na ligação aos irmãos do Marcelo, disse que estão tentando colocar a culpa nele”

Pâmela Suellen Silva,
viúva do dirigente do PT
assassinado no Paraná

fake news que tramita na Corte, ele é candidato a deputado federal pelo Paraná.

Na ligação, Bolsonaro afirmou aos dois irmãos que a imprensa tenta culpá-lo pelo assassinato.

Segundo Pâmela, José e Luiz não estavam na festa de Arruda.

“Não imaginei que Bolsonaro chegasse a ponto de deturpar a real história. Se não foi por motivos políticos, então por que esse rapaz (Jorge Guarinho, o assassino) foi até lá? A gente não conhecia ele, nem sabia quem era. Ele tirou a vida do meu marido pela aparência do Marcelo? Óbvio que foi por motivo político”, afirmou Pâmela.

Os advogados que representam a viúva divulgaram uma carta na qual afirmam que o assassinato de Arruda foi “crime de ódio em face de razões políticas”. “Além da vítima, o assassino colocou a vida de dezenas de pessoas em risco, o que indica que a atitude corajosa de Marcelo, ao repelir a injusta agressão, evitou que mais pessoas fossem mortas. Mais de 11 projéteis não deflagrados foram encontrados na pistola do assassino, o que demonstra o potencial ofensivo e letal do ataque”, salientaram os advogados Daniel Godoy Junior, Paulo Henrique Guerra Zuchoski e Ian Martin Vargas.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



PEC sob medida para bagunçar a economia

A Câmara dos Deputados concluiu, ontem, a votação em primeiro turno da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que cria uma série de benefícios às vésperas das eleições, que vigorarão até 31 de dezembro. Patrocinada pelo Centrão e agasalhada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, a proposta representa rombo adicional de R\$ 41,2 bilhões no Orçamento deste ano, com propósito de conceder benefícios à população de baixa renda. A PEC passou por mais um turno de votação na noite de ontem.

A menos de três meses das eleições, a PEC aumenta o valor do Auxílio Brasil, amplia o Vale-Gás e cria um “voucher” para os caminhoneiros. Como a legislação eleitoral proíbe esse tipo de medida às vésperas das eleições, inventa um “estado de emergência” que livra o presidente Jair Bolsonaro (PL) das punições previstas em lei para esse tipo de crime eleitoral. Os benefícios aprovados começarão a ser pagos em agosto, mas vigorarão somente até dezembro. A medida é um estelionato eleitoral escancarado, mas foi aprovada com os votos da oposição, com exceção do Novo.

A aprovação da PEC foi marcada por suspeitas de fraude na votação de terça-feira e uma mudança regimental de última hora, ontem, para permitir a aprovação com quórum virtual. O presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), alterou as regras de votação a fim de permitir que parlamentares registrassem presença remotamente. Sessões extraordinárias foram realizadas para encurtar o prazo entre a primeira e a segunda votação, sendo que uma delas durou um minuto.

A PEC começou a tramitar no Senado, onde obteve apoio quase unânime — somente o senador José Serra (PSDB-SP) votou contra. Um acordo entre o Palácio do Planalto, que dobrou as resistências da equipe econômica, o Centrão e a oposição foi o ovo da serpente da quebra de institucionalidade da economia e das regras do jogo eleitoral. Velha raposa política, o senador Fernando Bezerra (MDB-PE), ex-líder do governo, na hora da votação, incluiu no projeto o “estado de emergência” para burlar a legislação eleitoral. A justificativa é marota: a guerra da Ucrânia.

A institucionalidade das políticas econômicas é uma chave para que o país possa atingir bons resultados. O vale-tudo institucional, tanto quanto no mercado, compromete a interação entre o Estado, as instituições, as empresas e a sociedade, joga o crescimento para baixo e os preços para cima. Medidas como a de ontem contrariam as expectativas dos investidores. Seu resultado são a falta de investimentos, a redução da atividade econômica, o aumento da inflação, as altas taxas de desemprego.

Consequências

O Orçamento da União foi capturado pelo Centrão, por meio do chamado “orçamento secreto”. A aprovação da PEC foi a contrapartida para que Bolsonaro liberasse a execução das emendas parlamentares às vésperas da eleição. O resultado é a bagunça fiscal e a execução caótica do Orçamento, que passa ao largo de projetos estruturantes, porque as emendas apresentadas, em sua maioria, têm objetivos clientelistas. O pacote está em contradição e impacta a política monetária, que foge à alçada do Congresso e foi completamente blindada pela autonomia do Banco Central (BC).

O combate à inflação pelo autoridade monetária, por meio da elevação da taxa de juros, e a garantia de alta rentabilidade dos capitais aplicados em ativos financeiros, principalmente os títulos públicos, provocam a retração da atividade econômica e a concentração de renda, na contramão dos objetivos imediatos das medidas aprovadas pela PEC. Os investimentos estrangeiros feitos no país, atraídos pela alta rentabilidade dos títulos públicos, têm caráter especulativo. O Estado também não é capaz de financiar a modernização da infraestrutura, nem é esse o objetivo do “orçamento secreto”, consumido por distribuição de tratores, caminhões, estradas vicinais etc. O país perde complexidade econômica e competitividade no mercado mundial.

Como a economia está ancorada no regime de metas da inflação, que já foi para o espaço, e no câmbio flutuante, que se tornou um grande estorvo para o governo por causa da alta do petróleo, o grande ponto de interrogação é o resultado da equação benefícios concedidos pela PEC versus processo inflacionário. Às vésperas da eleição, ninguém sabe se as medidas serão capazes de reverter a desvantagem eleitoral do presidente Jair Bolsonaro (PL) em relação ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Trocando em miúdos: a oposição entrou numa casa de caboclo sem saber como vai sair. Quem não tem nada a perder é Bolsonaro. E o Centrão? Também, pois seus políticos têm como característica principal é a capacidade de adaptação.

ÀS VÉSPERAS DA ELEIÇÃO, NINGUÉM SABE SE AS MEDIDAS SERÃO CAPAZES DE REVERTER A DESVANTAGEM ELEITORAL DO PRESIDENTE BOLSONARO EM RELAÇÃO AO EX-PRESIDENTE LULA